

Governo fará convocação extraordinária

Givaldo Barboza

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, surpreendeu ontem o líder do governo na Câmara, Humberto Souto, às 17h30, comunicando por telefone que o novo Congresso será convocado extraordinariamente. Passarinho acertou com o líder que a nova convocação será uma espécie de prorrogação da atual — que expiraria hoje — a fim de que não seja necessário pagar ajuda de custo aos parlamentares. O pacote de medidas divulgado ontem provocara uma situação inusitada no Congresso: uma convocação extraordinária que passa de uma legislatura a outra, em que trabalham dois grupos diferentes de parlamentares.

A apreciação do novo pacote econômico será o “grande teste” para o novo Congresso, que toma posse hoje, e que será convocado extraordinariamente até terça-feira (5), segundo o articulador político do governo, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Ele disse que não foi feita qualquer avaliação preliminar da reação do Congresso, porque o conjunto de medidas “exigia segredo”. Mas, Passarinho se revelou satisfeito com o fato de deputados oposicionistas terem se manifestado na Câmara a favor do pacote. “Espero que os parlamentares ajam com bom senso”, afirmou.

Os contatos iniciais com líderes partidários no Congresso, para a apresentação das medidas, foram feitos, no início da noite de ontem, pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Segundo Passarinho, “líderes de diversos partidos” foram convidados pela ministra, na tentativa de “preparar os espíritos” para as modificações. Um deles foi o deputado César Maia (PDT-RJ), que tomou conhecimento das medidas diretamente de Zélia e do secretário-executivo do Ministério da Economia, João Maia, e as explicou mais tarde, relogiando-as, a outros parlamentares, no Congresso.

Tranquilidade

Passarinho não quis comentar o pacote, explicando que, além desta ser uma atribuição da equipe econômica, ele só tomou conhecimento genérico das medidas às 17h30. Mesmo assim, disse que ficou “tranquilo” quando Zélia assegurou que a Caderneta de Poupança não seria atingida e que o dinheiro aplicado no “overnight” se-

ria transferido para um fundo. “A retomada do 16 de março seria muito difícil de se jogar no Congresso”, observou o ministro, referindo-se ao bloqueio dos cruzados novos aplicados nesses ativos, no Plano Collor.

Passarinho disse ainda que não sabe avaliar a eventual influência do pacote no entendimento nacional, pois só a partir de hoje poderá ser sentida a reação da sociedade aos ajustes. Ele garantiu que todas as consequências representam “um risco calculado”. “O governo achou imprescindível fazer o que fez, visando a conter a inflação e a ciranda financeira”.

O ministro explicou que a publicação das novas medidas provisórias — que sairão em edição extra do Diário Oficial com a data de ontem — exigirá convocação extraordinária do Congresso porque os novos parlamentares tomam posse hoje, mas a legislatura só começa no dia 15 de fevereiro. Ele explicou que a Constituição determina que, após a edição daquelas medidas pelo presidente da República, o Congresso seja convocado em cinco dias para apreciá-las.

Embora não tenham sido informados previamente pelo Ministério da Economia e tivessem pouco conhecimento das medidas até a reunião com a ministra Zélia, marcada para as 20h30, os líderes do governo apontavam o pacote como uma solução inevitável. Não sabiam, porém, prever a receptividade do Congresso que toma posse hoje.

Reações

Entre os parlamentares, as reações foram variadas. Para o deputado Delfim Netto, o mais importante é o governo reconhecer que seu plano econômico estava “fazendo água”, por isso fez mudanças profundas e baixou medidas complexas. Delfim acha que o novo plano deve ser apoiado pelo menos inicialmente, pois mostra que o governo está tentando acertar. Não gostou, porém, do congelamento de preços e salários.

— O governo usou de muitos eufemismos nesse pacote. Por exemplo, a questão do congelamento, que chamou de trégua. Considere o congelamento um equívoco, mas como é trégua, é uma idéia nova. Quem sabe dá certo? — disse o deputado, para quem o pacote só funciona se tiver inflação baixa.



A reunião extraordinária encerrada ontem não deu os resultados esperados pelo governo